COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 1.978, DE 2007

Especifica um prazo mínimo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR para a construção de hotéis de turismo.

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS
MAGALHÃES NETO

Relator: Deputado FÁBIO FARIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.978/07, de autoria do nobre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, especifica o prazo mínimo de 6 anos para o financiamento, pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, da construção de hotéis de turismo. Em sua justificação, o ilustre Autor argumenta que, ao longo do tempo, o FUNGETUR foi perdendo a sua relevância como instrumento dinamizador da indústria turística brasileira, mercê da diminuição dos recursos a ele consignados. Informa o Parlamentar, ainda, que o Regulamento que rege o funcionamento e as operações do Fundo define que seus recursos só poderão ser aplicados em operações de financiamento de estudos e projetos, de financiamento de capital fixo e de empréstimos a órgãos públicos, destinados a empreendimentos, obras e serviços de interesse turístico.

Em sua opinião, porém, a construção de hotéis é ação basilar para o fortalecimento da nossa infra-estrutura turística e, portanto, de todo o setor. Este é o fundamento de sua iniciativa, que busca explicitar a possibilidade de que o FUNGETUR financie a construção de hotéis por um prazo mínimo compatível com o tempo de construção e de divulgação do

estabelecimento. Lembra, por fim, que o projeto é inspirado em proposições semelhantes dos ex-Deputados José Carlos Coutinho e Joaquim Francisco.

O Projeto de Lei nº 1.978/07 foi distribuído em 14/09/07, pela ordem, às Comissões de Turismo e Desporto, de Finanças e Tributação, inclusive para exame de mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, em regime de tramitação ordinária. Encaminhada a proposição ao nosso Colegiado em 26/09/07, recebemos, em 16/10/07, a honrosa missão de relatá-la. Não se lhe apresentaram emendas no prazo regimental para tanto destinado, encerrado em 30/10/07.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Turismo e Desporto, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, XIX, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, criado pelo Decreto-lei nº 1.191, de 27/10/71, e regido pelo Decreto-lei nº 1.439, de 30/12/75, tem como objetivo prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços de finalidade ou de interesse turístico. O art. 8º do Decreto nº 448, de 14/02/92, por sua vez, cominou à Embratur a atribuição de regular o funcionamento e as operações creditícias e financeiras do Fundo, regulamento este introduzido pela Deliberação Normativa Embratur nº 372, de 15/01/97, alterada pela Deliberação Normativa Embratur nº 401, de 06/11/98.

Por seu turno, o art. 7º da Deliberação Normativa nº 372/97 determina que os recursos do FUNGETUR só poderão ser aplicados no financiamento de estudos e projetos, no financiamento de capital fixo e em empréstimos a órgãos públicos destinados a empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse turístico. Além disso, o art. 10 da mesma deliberação normativa, com a nova redação introduzida pela Deliberação Normativa nº 401/98, preconiza um prazo de reembolso de até 156 meses, da

data da assinatura do contrato entre o Agente Financeiro e o mutuário, e um prazo de carência entre 6 e 48 meses.

Verifica-se, assim, que o regulamento do Fundo não contempla especificamente a possibilidade de que seus recursos sejam empregados na construção de hotéis, nem, tampouco, estabelece um prazo mínimo para tais financiamentos. Não obstante, a ampliação da capacidade e o aprimoramento da qualidade dos serviços da rede hoteleira é uma das variáveis-chave para a expansão da nossa indústria turística. Desta forma, cremos ser oportuna a iniciativa em exame, na medida em que atende ao objetivo do Fundo e contribui para o fortalecimento do turismo nacional.

Por todos estes motivos, votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 1.978, de 2007**.

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado FÁBIO FARIA
Relator